meio orçamento que elaborar não só a verba para integral pagamento das dívidas passivas da referida Associação Creches-Asilos, dívidas estas cuja importância não vai além de 30.000\$, mas ainda a de 37.910\$ para pagamento à Caixa de Aposentações da Misericórdia de Lisboa da verba necessária para garantir a aposentação das duas actuais encarregadas das aludidas Creches, acentuando-se todavia que esse pagamento é apenas referido às quantias a pagar por uma só vez e diz respeito às cotas a arrecadar pela Caixa e referentes ao tempo de serviço que tais encarregadas tiveram nas aludidas Creches.

Art. 4.º É fixado em 739\$50 o vencimento mensal das actuais encarregadas a que se refere este decreto.

Art. 5.º O provedor da Misericórdia de Lisboa é autorizado a outorgar na escritura a realizar a fim de que possa dar-se por parte da dita Misericórdia inteira execução ao autorizado por este decreto.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 2 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—
António Lopes Mateus.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição (Cultos)

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

Decreto n.º 19:036

Considerando que por decreto publicado no *Diário do Governo* n.º 163, 1.ª série, de 9 de Setembro de 1914, foram cedidos, a título de arrendamento, à Câmara Municipal do concelho de Loulé os antigos presbitérios das freguesias de Boliqueime e de Querença, a fim de ali se instalarem as escolas de ensino primário geral;

Considerando que a Câmara cessionária, ponderando a necessidade de fazer reparações urgentes nos referidos presbitérios, pretende que lhe seja assegurada a sua definitiva cedência; e

Atendendo ao fim de utilidade pública que a Câmara Municipal de Loulé se propõe;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos:

Hei por bem decretar, nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911, que seja convertida em definitiva a cedência que, a título de arrendamento, foi feita à Câmara Municipal do concelho de Loulé dos antigos presbitérios das freguesias de Boliqueime e de Querença para instalação das escolas de ensino primário geral das mesmas freguesias, mediante o pagamento da indemnização pecuniária de 18.000\$, que serão entregues à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Loulé, em três prestações e no prazo de dois anos, sendo a primeira no acto da entrega dos referidos presbitérios, a segunda um ano depois de publicado o presente decreto e a terceira um ano depois desta data.

Este decreto fica sem efeito se a cessionária não satisfizer as prestações nos prazos assinados ou se não con-

cluir as obras de adaptação e de reparação no prazo de três anos, contados da publicação deste diploma.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Novembro de 1930.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—
Luís Maria Lopes da Fonseca.

Rectificação

Para os devidos efeitos se declara que é a corporação encarregada do culto católico na freguesia de Salgueiro do Campo, concelho e distrito de Castelo Branco, que se refere o extracto da portaria publicada no *Diário do Governo* n.º 298, 1.ª série, de 23 de Dezembro de 1930, e não Salgueiro do Conde, como erradamente saíu.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1930.—O Director Geral,
Germano Martins.

Administração e Inspeção Geral das Prisões

Decreto n.º 19:187

Rege-se a administração da secção agrícola de Monsanto, das Cadeias Civas Centrais de Lisboa, pelas disposições do regulamento aprovado por decreto de 21 de Maio de 1920, publicado no *Diário do Governo* n.º 106, 1.ª série.

Nos termos do § único do artigo 4.º deste regulamento, a administração incumbe a um conselho composto pelo director das Cadeias Civas Centrais de Lisboa, como presidente, e de dois vogais: o médico da Cadeia de Monsanto e um amanuense, que serve de tesoureiro.

A secretaria das Cadeias Civas Centrais de Lisboa está instalada no edificio da Cadeia do Limoeiro, e é neste edificio que o director tem o seu gabinete, onde as múltiplas exigências do serviço prisional o obrigam a permanecer durante grande parte de todos os dias.

A sua acção de direcção, que abrange as Cadeias do Limoeiro, Mónicas e Monsanto, pouco tempo lhe deixa disponível para acompanhar de perto a administração da secção agrícola.

Por sua vez, o médico da Cadeia permanece em Monsanto durante o tempo estritamente necessário para o exercício das suas funções clínicas, e, assim, a sua acção fiscal sobre a administração interna da secção agrícola não se faz sentir.

Praticamente o conselho administrativo tem sido o tesoureiro, a quem a qualidade de membro do conselho administrativo e a falta de assistência do presidente e do outro vogal têm levado a resolver, pessoalmente, uma grande parte de assuntos cuja solução é da competência do conselho administrativo, em conjunto.

É absolutamente desnecessária a existência de um conselho de administração privativo para a secção agrícola de Monsanto.

É incontestável a vantagem que resulta de se confiar a referida administração ao conselho administrativo das Cadeias Civas Centrais de Lisboa, conseguindo-se assim, sem o menor encargo para a Fazenda Nacional, que todos os actos administrativos sejam previamente apreciados por quem de direito.

Por isso e usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o conselho administrativo da secção agrícola da Cadeia de Monsanto.